



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0110/14	DATA: 12/03/2014	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 14h37min	TÉRMINO: 17h03min	PÁGINAS: 56

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Eleição da 2ª e 3ª Vice-Presidências.
Votação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Há breves intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há oradores não identificados.
Há intervenções simultâneas ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Havendo número regimental, declaro aberta a primeira reunião ordinária da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, que foi convocada para eleição da 2ª e 3ª Vice-Presidências e também para deliberação de proposições.

Eleição das Vice-Presidências.

Declaro aos nobres pares que esta Comissão, na forma do Ato da Mesa nº 130, de 2014, é composta de 18 Deputados titulares com igual número de suplentes.

Conforme o art. 7º do Regimento Interno, aplicado à presente situação, a eleição dos membros da Presidência desta Comissão formar-se-á por escrutínio secreto, exigida maioria absoluta dos votos, em primeiro escrutínio, e maioria simples, em segundo escrutínio, presentes a maioria absoluta dos membros deste colegiado.

Peço a compreensão dos Srs. Deputados para que permaneçam em plenário até o término da reunião.

Candidaturas registradas. Antes de iniciarmos o processo de votação, esta Presidência informa que recebeu e considerou registrados, em face de acordo de Lideranças partidárias, as seguintes indicações, que serão submetidas ao voto dos membros desta Comissão, em chapa única, disponível na cabine de votação.

Para 2ª Vice-Presidente, Deputada Janete Capiberibe, pelo PSB do Amapá.

Queria também dizer que a Deputada Janete, com a qual tive contato, está viajando por uma questão de falecimento de pessoas próximas à família. Por isso ela não se faz presente a esta sessão. Ela deixou aqui um comunicado que já vamos ler para o Plenário.

Para 3ª Vice-Presidente, Deputada Antônia Lúcia, pelo PSC do Acre. Ela está presente com a gente.

Esta é a cédula em branco para a hipótese de o votante optar por essa alternativa com relação aos cargos.

Chamada para votação. Informo que a chamada será nominal por partido. À medida que forem sendo chamados, os Srs. e as Sras. Deputadas, depois de assinarem a folha de votação e estarem de posse da sobrecarta, dirigir-se-ão à cabine de votação e selecionarão suas cédulas, colocando-as em um mesmo envelope que será depositado na urna.



Os suplentes só serão chamados em caso de ausência dos titulares dos respectivos partidos ou blocos parlamentares.

Convido a Deputada Luiza Erundina para auxiliar os trabalhos, na qualidade de Secretária, e proceder à chamada nominal.

Com a palavra a Deputada Luiza Erundina.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Pelo PT, chamamos para votar os Srs. Parlamentares:

Deputado Assis do Couto, pelo PT do Paraná. (*Pausa.*)

Em seguida, nobre Deputada Erika Kokay, pelo PT do Distrito Federal. (*Pausa.*)

O próximo Parlamentar é o Deputado Nilmário Miranda, pelo PT de Minas Gerais. (*Pausa.*)

Ainda da bancada do PT, convidamos o nobre Deputado Padre Ton, pelo PT de Rondônia. (*Pausa.*)

Bancada do PMDB. (*Pausa.*)

Bancada do PSDB:

Também não há nenhum titular, e suas vagas estão ocupadas por suplentes.

PSD:

Também não.

PP:

Nobre Deputado Jair Bolsonaro, pelo PP do Rio de Janeiro. (*Pausa.*) Ausente.

PR:

Deputado Anderson Ferreira, pelo PR de Pernambuco. (*Pausa.*)

PSB:

Deputada Janete Capiberibe, pelo PSB do Amapá. (*Pausa.*) Também não está.

Deputada Keiko Ota, pelo PSB de São Paulo. (*Pausa.*) Também não está.

Bloco PV/PPS:

Nobre Deputado Henrique Afonso, pelo PV do Acre. (*Pausa.*)

PSC:

Nobre Deputada Antônia Lúcia, pelo PSC do Acre. (*Pausa.*)

Nobre Deputado Costa Ferreira, pelo PSC do Maranhão. (*Pausa.*)



Bancada do PROS:

Deputada Liliam Sá, pelo PROS do Rio de Janeiro. *(Pausa.)*

Solidaridade.

Deputado Domingos Dutra, pelo SDD do Maranhão. *(Pausa.)*

PDT:

Deputado Enio Bacci, pelo PDT do Rio Grande do Sul. *(Pausa.)*

Deputado Mário Heringer, pelo PDT de Minas Gerais. *(Pausa.)*

PRB:

Deputado Otoniel Lima, pelo PRB de São Paulo. *(Pausa.)*

PSOL:

Deputado Jean Wyllys, pelo PSOL do Rio de Janeiro. *(Pausa.)*

PMN:

Deputado Dr. Carlos Alberto, pelo PMN do Rio de Janeiro. *(Pausa.)*

Passamos à chamada dos suplentes.

Suplentes do PMDB:

Deputado Professor Sétimo, pelo PMDB do Maranhão. *(Pausa.)*

PCdoB:

Nobre Deputada Manuela d'Ávila, pelo PCdoB do Rio Grande do Sul, na vaga do PMDB. *(Pausa.)* Também não está presente.

Deputado Arnaldo Jordy, pelo PSS do Pará, na vaga do PSDB. *(Pausa.)*

Deputado Marcos Rogério, pelo PDT de Rondônia, na vaga do PSDB. *(Pausa.)*

Nobre Deputado Walter Tosta, Suplente, pelo PSD de Minas Gerais. *(Pausa.)*

Nobre Deputada Cida Borghetti, Suplente, na vaga do PP. A Deputada é do PROS do Paraná. *(Pausa.)*

Deputado Pastor Eurico, pelo PSB de Pernambuco, preenche uma vaga do PR. *(Pausa.)*

Deputada Luiza Erundina, Suplente, pelo PSB de São Paulo — uma vaga.

Ainda não está presente a Deputada Janete Capiberibe. *(Pausa.)*

Sr. Presidente, é possível me substituir? Estão me chamando em outra Comissão. São três Comissões simultâneas. Pediria a V.Exa., se possível, que indicasse outro colega para me representar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - É compreensível, Deputada Erundina. Teremos aqui duas secretárias.

Chamamos a Deputada Janete Rocha Pietá para concluir esta votação.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Obrigada, Presidente. Obrigada, Janete.

A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ - Padre Ton, V.Exa. votou?
(*Pausa.*)

Deputado Padre Ton, titular do PT. (*Pausa.*)

Neste momento, convido o Deputado Pastor Marco Feliciano, na vaga do PTB. (*Pausa.*) Ausente.

Por favor, pelo Bloco PV/PSB, o Deputado Roberto de Lucena, Suplente, do PV de São Paulo, da ilustre cidade de Arujá, Município vizinho ao meu. (*Pausa.*)

Gostaria de convidar a Deputada Keiko Ota para votar neste momento, na vaga do PSDB. (*Pausa.*)

Votaram 12 Deputadas e Deputados.

Vamos passar à segunda fase da votação, que é a apuração dos votos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Obrigado, Deputada Janete. V.Exa. pode permanecer, porque ainda teremos mais trabalho.

Encerrada a votação, convido a Sra. Secretária, Deputada Janete Rocha Pietá, para proceder à escrutinação, verificando a coincidência entre o número de votantes e o número de sobrecartas.

Informo que o número de sobrecartas é de 12, já anunciado aqui pela Secretária, que vai contar agora as sobrecartas. (*Pausa.*)

A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ - Confere, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Pode passar à apuração dos votos. (*Pausa.*)

A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ - Sr. Presidente, já contei. Os 12 votos, por unanimidade, nas duas candidatas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Para 2ª Vice-Presidenta, Deputada Janete Capiberibe, com 12 votos; para 3ª Vice-Presidenta, Deputada Antônia Lúcia, com 12 votos.



Estão eleitas e empossadas as duas Vice-Presidentas. Uma salva de palmas para elas. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO ROBERTO DE LUCENA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Com a palavra o Deputado Roberto de Lucena.

O SR. DEPUTADO ROBERTO DE LUCENA - Sr. Presidente, eu quero apenas pedir a palavra neste momento para cumprimentar as nossas colegas pela eleição e desejar, ao lado de V.Exa., que a condução dos trabalhos desta Comissão seja muito produtiva, muito frutífera este ano. Quero também dizer a V.Exa. e as nossas Vice-Presidentas que podem contar com o nosso apoio, com o nosso trabalho este ano nesta Comissão.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Muito obrigado, Deputado Lucena.

Mais alguém com a palavra?

Deputada Janete Rocha Pietá com a palavra.

A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ - Sr. Presidente, quero parabenizar esta Comissão pela eleição de toda a sua Mesa Executiva e dizer que estou muito feliz porque é uma Mesa em que há paridade: dois homens e duas mulheres. Nesse sentido, quero parabenizar tanto a Antônia Lúcia quanto a Janete Capiberibe, duas grandes batalhadoras da bancada feminina.

Portanto, fico feliz pela paridade desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Obrigado, Deputada Janete.

Com a palavra a Deputada Antônia Lúcia.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Boa tarde!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar o nosso Presidente Assis do Couto e as nobres colegas, Deputada Janete Rocha Pietá, minha Presidenta, Presidenta da bancada feminina na nossa Casa, Câmara Federal.

Também quero aqui fazer referência à grande guerreira, Deputada Janete Capiberibe, e, acima de tudo, quero agradecer os votos dos nossos nobres colegas, Deputados Federais, que nos concederam essa confiança.



Tenho certeza, Sr. Presidente, de que, juntos, todos nós iremos fazer um excelente trabalho, porque é isto que nós almejamos para o nosso País, é isto que nós queremos para o nosso País: igualdade social, igualdade entre as pessoas, igualdade entre a cidadania brasileira. Nós queremos equiparação econômica, nós queremos segurança a todos os brasileiros, queremos a defesa das crianças e dos adolescentes.

Queremos também — e esta Comissão está debatendo a respeito da questão dos idosos, dos povos indígenas — fazer referência à nobre Presidenta da CPI de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, Deputada Erika Kokay, que se faz presente. Quero parabenizar V.Exa., Deputada Erika, pela excelente atuação, que tem ao seu lado a nossa Relatora, Deputada Liliam Sá, que se faz presente.

Enfim, quero dar as boas-vindas a esta Comissão — porque eu venho de outra Presidência, de outra Mesa — aos nobres colegas que estiveram ausentes nesta Comissão. Esta Comissão tem o condão de estabelecer a igualdade entre as pessoas e, por consequência, a respeitabilidade entre os seres humanos.

Quero agradecer ao Presidente da Comissão Especial do Marketing Multinível, Deputado Roberto de Lucena, que está aqui conosco, e às demais colegas, Deputadas Federais. Com certeza, juntos iremos fazer um excelente trabalho para a população do nosso País.

Presidente, muito obrigada e parabéns pela sua chegada.

Que Deus nos abençoe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Obrigado, Deputada Antônia Lúcia.

Não sei se há mais algum Parlamentar inscrito para uma breve, brevíssima, comunicação — acho que é importante neste momento —, para entrarmos na nossa pauta da Ordem do Dia.

Com a palavra o Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sr. Presidente, será brevíssima a comunicação.

Quero apenas dar as boas-vindas às duas mulheres que compõem a Mesa da Presidência da Comissão de Direitos Humanos, essa marca de gênero que as duas



trazem e também a marca da identidade cultural. O fato de as duas Deputadas serem da Região Norte, elas podem trazer uma dimensão interessante para a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, a situação dos povos das florestas, dos povos indígenas, a vulnerabilidade das meninas, vítimas da exploração sexual e do tráfico de pessoas no norte do País.

Acho que as duas Deputadas, tanto Janete Capiberibe quanto Antônia Lúcia, vão engrandecer esta gestão.

É bom a gente lembrar que a Comissão de Direitos Humanos e Minorias tem como função estender a cidadania plena e a dignidade da pessoa humana às minorias vulneráveis deste País, entre as quais estão essas que eu citei e outras tantas que a gente já citou aqui.

É fundamental que isso não seja perdido de vista, porque eu tive uma reunião ontem com coletivos feministas preocupados com o fato de esta Comissão se fechar a esses coletivos, ao diálogo. Eu garanti a esses coletivos que esta Comissão não vai se fechar ao diálogo, porque o nosso Presidente tem sensibilidade e as nossas 2ª e 3ª Vice-Presidentas também têm sensibilidade para entender o direito das mulheres, sejam os direitos mais amplos quanto os sexuais e reprodutivos, na perspectiva dos direitos humanos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Obrigado, Deputado Jean Wyllys.

Com a palavra o Deputado Domingos Dutra, para um breve registro.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, inicialmente quero saudar V.Exa. e toda a Mesa. A Mesa está bem representada, temos aí as Regiões Sudeste, Sul e Norte. Peço à Deputada Antônia Lúcia que represente também o nosso sofrido Nordeste.

Quero saudar todos os funcionários que estão retornando desse processo de ressuscitação da Comissão de Direitos Humanos: Márcio, Clotildes, Lia, Marina e Clemilda. São pessoas que infelizmente saíram conosco e estão voltando.

Quero dar uma sugestão a V.Exa. Na nossa gestão, estabelecemos um método para avançarmos, porque na leitura de requerimentos só se discutiam



aqueles que fossem destacados. Aqueles que tiveram unanimidade seriam votados em bloco.

Portanto, quero sugerir a V.Exa. que consulte o Plenário: quem quiser discutir o requerimento, destaca e abre-se o debate. Foi o mecanismo que nós encontramos na nossa gestão que avançou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Quero deixar este encaminhamento para o início da Ordem do Dia. Prometo que colocarei em discussão. Está bem?

Com a palavra o Deputado Roberto de Lucena.

O SR. DEPUTADO ROBERTO DE LUCENA - Sr. Presidente, quero apenas fazer uma consideração aqui diante da fala, sempre agradável, do Deputado Domingos Dutra, que é para mim uma referência. Mas, quando ele fala do processo de ressuscitação da Comissão de Direitos Humanos, eu quero apenas fazer aqui uma consideração. Na verdade, a Comissão de Direitos Humanos, durante todo o ano passado, o ano anterior, enfrentou muitas dificuldades. Tivemos momentos muito tensos que devem ficar para trás. Mas, quando nós colocamos nesses termos, eu, Deputado Domingos Dutra, coloco que também é um desrespeito àqueles colegas que permaneceram, um grupo de colegas que entendeu e fez a sua opção, que deve ser respeitada, de não estar presente à Comissão. E há um grupo de Deputados que fez a opção de permanecer e de levar adiante os debates, os trabalhos da Comissão. Durante todo ano, a Comissão teve o seu trabalho e teve uma escala de produção.

Com todo o respeito que devo a S.Exa., o Deputado Domingos Dutra, eu quero apenas fazer essa consideração, entendendo que os colegas que aqui permaneceram merecem ser respeitados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Com a palavra o Deputado Marcos Rogério, e aí vamos, então, passar à Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Subscrevo a fala do Deputado Roberto de Lucena, que sintetiza o sentimento daqueles que aqui estavam, estão e estarão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Obrigado, Deputado.
Com a palavra a Deputada Antônia Lúcia.



A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Quero agradecer o voto do nosso ex-Presidente que antecedeu o nosso também ex-Presidente, Deputado Federal Marco Feliciano. Deputado Domingos Dutra, agradeço também a V.Exa. e nós estamos juntos aqui. Eu fui Vice-Presidente daquela Mesa, e gostaria de pedir a esta Comissão, da mesma forma como fiz com o Pastor Marco Feliciano, respeitabilidade em prol do nobre colega, meu amigo, Domingos Dutra.

Da mesma forma, meu Deputado querido do coração, gostaria que esta página da nossa vida fosse virada, até porque os Anais da Câmara e os jornais do nosso País nos colocaram e nos explicitaram também de uma forma não só também negativa, como falou o Deputado e Pastor Roberto de Lucena. Nós sofremos diversos desentendimentos, mas graças a nossa consciência, a nossa inteligência e a nossa sabedoria, estamos aqui hoje para corrigir qualquer engano que ora tenha passado por aquela Comissão, por aquela Presidência, mas eu gostaria de primar pelo crivo da respeitabilidade com os nossos nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Obrigado.

Concedo a palavra à Deputada Liliam Sá, que não tinha falado ainda. Então, vamos dar-lhe uma breve oportunidade.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pela eleição e também pela eleição das nossas colegas, neste mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher. Ter duas mulheres à frente desta Comissão é muito importante. Sei que existe um trabalho árduo para ser discutido nesta Comissão. Nós temos que trabalhar muito nas questões das minorias.

Digo que eu fico muito feliz de continuar nesta Comissão. Eu fui 2ª Vice-Presidente na gestão passada e sei que o nosso colega Domingos Dutra não falou por mal. Eu me sinto ressuscitada, então. Eu estou ressuscitando também para esta Comissão. Eu sei que nós fizemos um excelente trabalho. Apesar das divergências, nós fizemos um excelente trabalho.

Acho que todos os colegas merecem a nossa consideração e o nosso apreço. E eu quero desejar boa sorte para todos vocês e para esta Mesa, parabenizando-os.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Obrigado, Liliam Sá.

Vencida esta primeira fase da eleição — agora completamos a nossa Mesa Diretora —, era um desejo meu e era um desejo do 1º Vice-Presidente, Deputado



Nilmário Miranda, era um desejo nosso buscar uma estabilidade funcional e democrática de bons debates desta Comissão, pacificar um pouco os ânimos e reconstruir um espaço de debate democrático para aqueles que mais precisam do nosso apoio e do nosso trabalho, que são as minorias muitas vezes desprotegidas em qualquer canto deste País. E nós viemos trabalhando nessa direção.

Vencemos agora mais uma fase. Era um desejo nosso ter duas mulheres compondo esta Mesa Diretora. Então, com a Deputada Antônia Lúcia e com a Deputada Janete Capiberibe, que deixou aqui um bilhete que vai fazer parte dos Anais desta Comissão, pela impossibilidade de estar presente. Que nós possamos juntos, os quatro componentes desta Mesa Diretora, fazer o máximo possível para o bom funcionamento, o bom debate e o bom serviço desta Comissão ao País. Vamos nos esforçar nessa direção. Este é o nosso propósito.

Fico feliz pela aceitação da nossa bancada, inclusive pela indicação das duas companheiras Deputadas para compor a Mesa, pela votação aqui unânime dos presentes. Os 12 presentes — 12 Deputados aqui presentes — votaram unanimemente, todos eles pela eleição das duas companheiras Deputadas.

Nosso objetivo agora é trabalhar, conduzir o trabalho. Portanto, eu quero fazer já no início da parte deliberativa desta sessão um informe.

Em primeiro lugar, informo aos nobres pares que, a exemplo das demais Comissões, a partir da próxima reunião, faremos uma experiência na utilização da pauta eletrônica durante os trabalhos desta Comissão. Os servidores estão à disposição para auxílio no uso da tecnologia, já conhecida por V.Exas. Com a medida, todos nós estaremos contribuindo para a economia de recursos e a preservação do meio ambiente — menos papel rodando aqui nas nossas reuniões. Então, na próxima reunião, já estaremos, Márcio, habilitados.

Também quero fazer aqui um comunicado, que talvez tenha sido feito na outra reunião, não me lembro bem, mas fica afirmado aqui que o Dr. Márcio será o nosso Secretário Executivo (*palmas*) em todas as reuniões, tendo como substituta a Dra. Clotildes, que está aqui, quando da ausência do Dr. Márcio, porque ninguém é de ferro. Pode ter alguma ausência, e a Marina também está aqui. Estou falando dos três que estão mais próximos do Presidente — não que os outros não estejam,



porque também vamos estar juntos —, mas é a equipe mais de frente que estará conosco durante os trabalhos.

Em segundo lugar, foram distribuídas pastas a todas as Sras. e os Srs. Deputados com documento que este Presidente oferece como proposta de debate. Espero que todos tenham acessado o documento em que nós estruturamos a nossa discussão em cinco itens, e poderá ter mais ou menos, dependendo do debate e da discussão que vamos ter logo em seguida com o primeiro requerimento colocado em apreciação. Esses pontos guarda-chuvas, o ponto de debate, são: a questão das mulheres, conforme já havia falado na reunião inicial do dia da nossa eleição; a questão da soberania e segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação — estamos também no Ano Internacional da Agricultura Familiar, e nós temos ainda muitas pessoas com direito à alimentação negado no País e fora dele, apesar de todos os esforços feitos no sentido contrário, e nós queremos estruturar um debate sobre o tema nesta Comissão; terceiro, diversidade e combate ao preconceito, à violência e à intolerância, um conjunto de temas foi colocado neste debate; quarto item, manifestações populares e grandes eventos — avizinham-se os eventos da Copa, entre outros, nós queremos estruturar um pouco o debate em torno desse tema também; e, por último, Comissão Parlamentar, Memória, Verdade e Justiça, uma vez que estamos no cinquentenário do golpe militar de 64.

Esses são alguns pontos colocados para o debate, o que não quer dizer que serão esses, são sugestões da presidência.

Agora, dando andamento a nossa pauta, vamos passar à apreciação do primeiro requerimento. *(Pausa.)*

Do Deputado Dutra? Já vamos passar a palavra.

Nós queremos primeiro ouvir, ouvir muito, os segmentos que representam esse tema no País. Esse segmento é bastante diverso, assim como o nosso País. Graças a Deus, nós temos um País plural, diverso, riquíssimo nesse sentido cultural, social, religioso. Não vou falar de todos os temas aqui. Enfim, nós queremos ouvir. Para isso, queremos organizar esse debate a partir de uma audiência pública na próxima semana. Esperamos que os movimentos contribuam, na linha deste documento, com outros temas que acharem importante colocar em debate.



Faço essa introdução, antes de abrir a pauta propriamente dita desta nossa primeira reunião deliberativa de 2014.

Com a palavra o Deputado Domingos Dutra, para a sua questão de ordem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Fiz apenas uma sugestão de encaminhamento com relação aos requerimentos. Foi uma experiência na nossa gestão: só seriam debatidos aqueles requerimentos que fossem destacados; os que não tiverem destaque seriam aprovados em bloco. Vale tanto para aqueles requerimentos que possam suscitar divergência quanto para aqueles cujo autor queira informar, aprofundar o debate. Destaca-se e depois se discutem só os destacados, para agilizar o andamento. É um procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Deputado Nilmário Miranda, é o mesmo tema?

O SR. DEPUTADO NILMÁRIO MIRANDA - Eu quero só pedir ao Deputado Domingos Dutra que proponha isso a partir da próxima reunião, porque hoje, como é a primeira, e há requerimentos, pelo que percebi, com implicações maiores, seria importante — se não quiserem discutir, a gente vota sem discussão — proceder à discussão de vários deles. Esse procedimento seria bom a partir da próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Mais algum Deputado?
(Pausa.)

Deputada Antônia Lúcia. (Pausa.)

Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Se me permite, penso que o encaminhamento do Deputado Dutra não é contraditório ao que foi falado pelo Deputado Nilmário. Se qualquer Parlamentar achar que é necessário fazer uma discussão mais aprofundada sobre temas, itens, que se destaquem. Os outros, que a gente possa aprová-los. Então, vejam, o Presidente vai dizer item 1, item 2, e quem quiser fazer qualquer destaque para assegurar uma discussão maior, apenas pontua.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Deputado Rogério.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Penso que assiste razão à Deputada Erika. A proposta do Deputado Dutra é de que, havendo alguma



divergência em relação à votação em bloco, o Deputado se manifesta, e sem necessidade de deliberar sobre esse pedido, simplesmente vai-se discutir. Eu acho que não há prejuízo com a ponderação feita pelo Deputado Nilmário Miranda, porque, havendo a necessidade de discutir destaque para o item a, b, c, d, item 1, 2, 3... Enfim, eu acho que não há prejuízo. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Deputado Rogério, nós olharíamos todos eles e, quanto àqueles que forem consenso, aprovaríamos em bloco. Quanto àqueles que carecem de debate, nós entraríamos no debate. É isso? A gente destaca, ouve as partes e vota. É isso? *(Pausa.)*

Nesse sentido, nós temos um pequeno problema, porque alguns deles são de minha autoria. Eu não posso conduzir a votação desses requerimentos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Como o primeiro.

Então, o Deputado Nilmário assume a presidência para que possamos, rapidamente — eu acho que já seria o procedimento —, olhar todos eles.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, se V.Exa. me permite, já que o Deputado Nilmário Miranda fez essa ponderação hoje, e, considerando que, na hora que assinamos a presença ali... Nós podemos fazer como fazemos na CCJ; no momento em que assinamos a presença, dizemos: *“Destaque para o requerimento número tal”*. Nesse sentido, acho que o encaminhamento que ele fez para a próxima sessão seria, de fato, adequado, porque senão nós teremos que antecipar agora: quais nós queremos destacar? *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - São 15h30min, podemos entrar na Ordem do Dia a qualquer momento. Então, eu sugiro que seja feito o seguinte: o Presidente diz: *“Requerimento nº 15, de 2014”*. Se alguém tiver algum destaque, diz: *“Destaco”*. Aí a gente separa para discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - O que não for destacado a gente vota em bloco e resolve. O.k. Está bem? *(Pausa.)*

Com a palavra a Deputada Janete Rocha Pietá.

A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ - Eu gostaria de fazer dois encaminhamentos: que se votem primeiro os Requerimentos nºs 6 e 7, porque são



de rotina. É um novo ano letivo, tem-se que extinguir as Comissões e arquivar o que... São de sua autoria, nºs 6 e 7.

O SR. DEPUTADO ROBERTO DE LUCENA - Seis, não. Sete e oito.

A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ - Sete e oito. Mas na verdade eu falei Requerimento nº 6, não falei a ordem...

O SR. DEPUTADO ROBERTO DE LUCENA - Do item.

A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ - Eu falei Requerimento nº 6 e Requerimento nº 7.

Eu também gostaria de saber da Mesa o seguinte: tanto o Deputado Dutra quanto eu apresentamos proposta de dois requerimentos novos, que não estavam incluídos. Eu queria saber como vai ser o encaminhamento, porque todos dois tiveram número regimental para apresentar. Como vai ser o encaminhamento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Deputada Janete, requerimento extrapauta é posto no final da pauta, e tem que haver aceitação do Plenário em relação aos requerimentos. Embora eles tenham assinatura regimental — nós já observamos — para serem votados, dependem da decisão do Plenário. Se houver consenso, ninguém contrariar, nós acabamos votando. Em outra Comissão fizemos assim, aqui ainda não sei... Agora, se houver alguém que queira debater, discutir, votar, teremos que votar nominalmente. Isso é o que diz o Regimento.

Para conduzir os trabalhos, até porque eu tenho aqui o primeiro requerimento, o sexto e o sétimo, eu passo a palavra ao 1º Vice-Presidente, Nilmário Miranda.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Sr. Presidente, uma questão de ordem sobre este requerimento. Aqui está dizendo o seu requerimento: "*Requer o arquivamento de requerimentos apresentados e não deliberados na Comissão de Direitos Humanos e Minorias no exercício de 2013*". Então, para aqueles membros que continuam aqui, não teria o porquê de fazer... A gente teria que reapresentar todos os requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Quando nós chegarmos a esse ponto da pauta, vamos discutir, porque há várias opiniões a respeito desse tema.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - A gente destaca...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Destaca-se e aí podemos fazer a discussão no momento adequado.

O SR. DEPUTADO ROBERTO DE LUCENA - Nós não teremos hoje votação em bloco dos requerimentos, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Creio que, para aqueles em que houver consenso, sim. Se, entre os vinte, tivermos dez com destaque e dez sem destaque, nós vamos votar os dez sem destaque e vamos partir para a votação, seguida, dos dez que têm destaque. Os dez serão votados em bloco, porque há consenso, ninguém destacou, e os demais, que têm destaque, nós vamos votar um a um, na sequência. É isso que foi entendido? *(Pausa.)* Está bem.

Passo a presidência ao 1º Vice-Presidente, Deputado Nilmário Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Nós vamos conceder a palavra ao Deputado Assis do Couto, Presidente desta Comissão, autor do Requerimento nº 15, de 2014, que *“requer, nos termos regimentais, a realização pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de audiência pública no dia 19 de março de 2014”* — próxima quarta-feira —, *“com representações da sociedade civil, movimentos sociais e agentes públicos com atuação em direitos humanos, para debater uma agenda comum na área, de modo a subsidiar a elaboração do plano de trabalho do colegiado parlamentar e eventuais ações conjuntas com outras entidades”*.

Acho que a gente poderia ver esse e depois os outros dois.

(Não identificado) - Sim, Sr. Presidente, tem destaque.

O SR. PRESIDENTE (Nilmário Miranda) - Com destaque.

E o requerimento, também do Deputado Assis do Couto... *(Pausa.)*

Número 2, dos Srs. Deputados Padre Ton e Ságuas Moraes, que *“solicita seja realizada visita de integrantes da CDHM ao Município de Rondolândia, no Estado do Mato Grosso, com a finalidade de averiguar as condições de segurança na localidade para garantir o exercício do mandato executivo da Prefeita Bett Sabah, que está recebendo ameaças de morte”*.

Requerimento nº 2, de 2014. Tem destaque? *(Pausa.)* Não há destaque.



Requerimento nº 2, da Sra. Deputada Janete Capiberibe, que *“solicita realização de audiência pública a fim de discutir a respeito dos estupros coletivos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas em São Luis/MA”*.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, quero subscrever.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O Deputado Dutra também quer subscrever este e o seguinte. *(Pausa.)* Não há destaque.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Eu também quero subscrever.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu gostaria de subscrever o anterior também, o de nº 2.

O SR. PRESIDENTE (Nilmário Miranda) - O.k.

Requerimento nº 3, da Sra. Deputada Janete Capiberibe, que *“solicita realização de audiência pública a fim de obter informações a respeito da entrada de balsas com equipamentos de mineração no Rio Tapauá, entorno das terras indígenas Paumari, Banawa, Zuruaha, Deni e dos isolados Hi Mirimã”*.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quero subscrever o requerimento. A Deputada está ausente, eu subscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Nilmário Miranda) - Subscrever, mas não destacar.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Subscrevo também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilmário Miranda) - O Marcos anotou aqui.

Requerimento do Sr. Deputado Luiz Couto que *“requer que esta Comissão realize Audiência Pública para debatermos sobre o DIA INTERNACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O AUTISMO”*.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu gostaria de subscrever.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Eu quero subscrever também, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Todos. Deputado Dutra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO DE LUCENA - Peço também para subscrever, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - O.k. *(Pausa.)* Mas também não destacou, só subscrever.



Requerimento nº 5, do Sr. Deputado Marcos Rogério, que *"requer a realização de diligência, no âmbito desta Comissão, para averiguar as ocorrências de mortes de crianças indígenas na cidade de Tabatinga no Estado do Amazonas"*

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Eu também quero subscrever, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O Deputado Dutra subscreve.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - A Deputada Liliam Sá subscreve também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Deputada Liliam, Deputado Dutra e Deputado Padre Ton subscrevem.

O SR. DEPUTADO ROBERTO DE LUCENA - Peço para subscrever também, Sr. Presidente — Deputado Roberto de Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - O Deputado Roberto de Lucena também.

Requerimento nº 6, do Sr. Deputado Assis do Couto, que *"requer extinção de Subcomissões Especiais criadas em 2013 no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias"*.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Destaque, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Destaque. Deputada Liliam Sá e Deputado Marcos Rogério.

Requerimento nº 7, do Deputado Assis do Couto, que *"requer o arquivamento de requerimentos apresentados e não deliberados na Comissão de Direitos Humanos e Minorias no exercício de 2013"*.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Destaque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Requerimento nº 15, do Sr. Assis do Couto, que *"requer a realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, na semana que precede o dia 19 de abril de 2014 — Dia do Índio, de ato público com a presença de representantes dos povos indígenas, com a finalidade de ouvir as reivindicações e dialogar com os presentes sobre a agenda parlamentar de seu interesse"*.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - A Deputada Erika Kokay gostaria de subscrever.



O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - O Deputado Jean Wyllys também.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Deputado Domingos Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Vão subscrever Jean Wyllys, Janete Pietá, Padre Ton, Erika Kokay e Domingos Dutra.

Requerimento nº 9, item 10 da pauta, do Sr. Roberto de Lucena, que *"requer a realização de diligência, no âmbito desta Comissão, para acompanhar o julgamento do processo de Revisão criminal no Tribunal de Justiça do Pará do Caso 'Emasculados de Altamira'"*.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Quero subscrever também, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O Deputado Domingos Dutra também subscreve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Subscrevem a Deputada Liliam e o Deputado Domingos Dutra.

Requerimento nº 10, da Sra. Luiza Erundina, que *"requer o apoio da Comissão de Direitos Humanos e Minorias aos eventos alusivos aos 50 anos do golpe civil-militar de 1964"*.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Subscrevo.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - A Deputada Erika Kokay gostaria de subscrever.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - O Deputado Jean Wyllys também.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O Deputado Domingos Dutra também.

(Não identificado) - Eu também. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Deputado Padre Ton.

Requerimento nº 11, de 2014, da Sra. Luiza Erundina, que *"requer a criação de Subcomissão Especial destinada a acompanhar os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade"*.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Subscrevo. O Deputado Jean Wyllys subscreve.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Deputado Domingos Dutra.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - A Deputada Erika Kokay subscreve também.



A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ - E a Deputada Janete Rocha Pietá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Jean Wyllys, Domingos Dutra, Erika Kokay e Janete Pietá.

Requerimento da Sra. Luiza Erundina que *“requer a realização”* — no dia 1º de abril — *“de ato público de reinstalação da Subcomissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça”*.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - O Deputado Jean Wyllys subscreve.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu gostaria de subscrever também.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O Deputado Domingos Dutra também subscreve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Nilmário Miranda, Domingos Dutra e Janete Pietá.

Requerimento do Sr. Marcos Rogério que *“requer a expedição de ofícios ao CONAR — Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária, com cópia para a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a fim de que a propaganda do Guaraná Antarctica para a Copa do Mundo de 2014 seja retirada do ar, na medida em que promove o bullying com estrangeiros no Brasil”*.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Quero destacar, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Eu também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Deputado Ronaldo Fonseca.

Requerimento nº 17, da Sra. Erika Kokay e dos Srs. Domingos Dutra e Nilmário Miranda, que *“requer a realização de Audiência Pública para discutir a criminalização dos movimentos sociais no campo a partir do caso recente ocorrido em Buritis, município do Estado de Minas Gerais”*. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Item 15.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Estou destacando esse 17.

Requerimento nº 14, da Sra. Erika Kokay, que *“requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei 7447/2010, que estabelece*



diretrizes e objetivos para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais".

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Se a Deputada Erika permitir, eu gostaria de subscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - O Deputado Domingos e a Deputada Janete subscrevem.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu também gostaria de subscrever, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Eu li primeiro, mas já tinha lido.

O SR. DEPUTADO ROBERTO DE LUCENA - Peço também para subscrever esse item, Sr. Presidente — Requerimento nº 14.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - É nesse 17 que eu quero fazer um acréscimo.

Requerimento nº 17, de 2014, da Sra. Erika Kokay...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Já está destacado. Eu destaquei, e o Deputado Roberto de Lucena também.

O SR. DEPUTADO ROBERTO DE LUCENA - Eu me referi ao item 15.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Ah, 15!

O SR. DEPUTADO ROBERTO DE LUCENA - O Requerimento nº 14 eu pedi para subscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Ah, para subscrever o item 15. Agora entendi. Desculpe-me, Deputado.

Requerimento nº 18, da Sra. Erika Kokay, que *"requer a realização de audiência pública para discutir sobre a Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, composta pela carreira de Analistas Técnicos de Políticas Sociais"*. (Pausa.)

Sem destaque.

Requerimento da Sra. Erika Kokay que *"requer a realização de Audiência Pública para discutir as manifestações e atos de violência homofóbica ocorridos no Distrito Federal recentemente"*.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Quero subscrever.



(Intervenções fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Querem subscrever: Jean Wyllys, Janete Pietá, Domingos Dutra. O Deputado Marcos Rogério destaca. *(Pausa.)*

Requerimento nº 20, do Sr. Assis do Couto, que "*requer aprovação de Carta Aberta à Confederação Brasileira de Futebol e ao Tribunal Superior de Justiça Desportiva sobre os atos de racismo que vitimaram o árbitro Mário Chagas da Silva e o jogador Arouca*".

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu quero subscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Querem subscrever: Jean Wyllys, Janete Pietá...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - A Deputada Erika Kokay também. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Vamos votar os requerimentos não destacados. Quais são? Os Requerimentos de nºs 1, 2, 3, 4, 5... *(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Os que não têm destaque.

A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ - O 1 foi destacado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Ah, o 1 foi. Desculpe-me. Foi mesmo.

De novo, repetindo: os Requerimentos de nºs 1, 2, 3, 4, 5, 13, 9, 10, 11, 16, 12...

(Não identificado) - Aqui tem destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Tem destaque. É porque havia duas anotações aqui. Então, excluam o 12 dessa relação.

Depois o nº 18.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O 14.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - O 14 tem destaque.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O 14 não tem destaque, não.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Número 9? *(Pausa.)*



Não, o número 14 tem destaque.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não tem destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Tem, eu destaquei. Eu destaquei o 14.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não. O Requerimento nº 14 não tem destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - É porque há uma confusão entre o número da pauta e... Está certo, ele não tem destaque, não. É o 17 que tem destaque. Tem razão. É que há dois números conflitantes.

Portanto, o nº 14, que não tem destaque; depois o nº 18, que não tem destaque; depois o nº 19 e o nº 20. Esses não têm destaque.

Como nós já fizemos a leitura um a um, com a meta de cada um, e não há discussão nova a respeito...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O 19 tem destaque. O Deputado Marcos Rogério destacou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - É verdade. Esse tem destaque. Excluí o Requerimento nº 19, que tem um destaque.

Então, vou colocar todos esses que eu listei, corrigindo o 19 e o 14, que não tem destaque.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - E o 19, que tem destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Então, eu coloco em votação...

Pois não.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Vou repetir: nós estamos votando os Requerimentos de nºs 1, 2, 3, 4, 5, 13, 9, 10, 11, 16, 14, 18 e 20. Perfeito? Esclarecido? *(Pausa.)*

Então, em votação os requerimentos elencados aqui.

Os Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Agora nós vamos passar aos destaques.



O nº 1 é um requerimento do Deputado Assis do Couto. Ele próprio poderia enunciar. Em seguida eu passarei a palavra ao Deputado Marcos Rogério.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Obrigado, Presidente.

Como eu já havia dito anteriormente, a ideia da audiência pública é um esforço nada fácil, mas necessário, de ouvir os segmentos que, no dia a dia, no cotidiano, tratam dessa temática.

Compreendemos, primeiro, essa complexidade de quantos são os movimentos e organizações, inclusive instituições públicas que deveríamos ouvir aqui, que acho que seria um primeiro ponto. Eu gostaria de ouvir inclusive sugestões aqui neste plenário. Nós já temos várias organizações tradicionais, que conhecemos, e a Mesa, conjuntamente, pode organizar esse debate nesta audiência pública. Mas esse é um primeiro ponto, da necessidade frente a essa complexidade. Mas julgamos necessário fazer esse debate.

Segundo: entendendo que este é um ano curto, um ano difícil, já propomos, para a quarta-feira que vem, uma reunião de audiência pública. Teríamos que iniciá-la às 13h30min, porque, na sequência, teríamos que fazer também a reunião deliberativa da Comissão. Nós queríamos fazer na terça-feira a audiência pública, e não encontramos espaço na Casa. Todos os auditórios estarão ocupados. Teríamos que fazer na quarta-feira, mas acho que não há prejuízo ao conteúdo, ao debate.

Por que a gente tem colocado isso em discussão e apresentado esse requerimento? Pela complexidade do tema e das questões colocadas no cotidiano desta Comissão e pelos inúmeros apelos da sociedade sobre qual será a pauta, qual será a orientação, a linha desta Comissão em 2014. E, entre essa complexidade, essa pluralidade toda, nós temos que encontrar alguns eixos que são de interesse da grande maioria neste tema dos direitos humanos.

Por isso, estamos propondo e aqui solicitando aos nobres pares a aprovação desse requerimento, para que façamos aqui um bom e democrático debate sobre esse tema, ouvindo especialistas, representações, militantes da área de direitos humanos na próxima quarta-feira.

Esse é o nosso propósito. Por isso, Sr. Presidente em exercício, nós colocamos este Requerimento nº 15, que é o número 1 da pauta.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Deputado Marcos Rogério.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de fazer algumas ponderações, justamente na linha que o nobre Deputado Couto, Presidente desta Comissão, faz.

Não há divergência quanto ao instrumento adotado por V.Exa. para balizar os trabalhos da Comissão. O que eu gostaria de propor a V.Exa., já para evitar justamente um ambiente de turbulência e qualquer tipo de desconforto no âmbito da Comissão — digo isso porque vai chegar o momento em que eu também vou apresentar —, que nós evitássemos apresentar requerimento como se fosse norma penal em branco.

Vamos apresentar os requerimentos dando nome e sobrenome às entidades que estarão presentes, para que sejam deliberados pelo Plenário e para que, quando da realização daquele ato, um grupo não fique jogando contra o outro porque se sentiu preterido nas suas indicações.

Portanto, considerando a complexidade dos temas que tramitam nesta Comissão, as correntes ideológicas e culturais que compõem o Colegiado, e considerando a hipótese de termos um ambiente de concórdia nos temas jamais, mas, pelo menos, de respeito aos temas que serão tratados, o apelo que faço a V.Exa. é que nós aprovemos o requerimento, porém com a indicação das entidades que comporão a audiência pública, ouvindo, obviamente, as indicações que o Plenário tem nas suas mais variadas composições, para todos os segmentos, penso, estarem aqui representados.

É neste sentido que falo, para termos uma audiência que verse sobre os ideais que V.Exa. mesmo apresentou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Com a palavra a Deputada Erika Kokay

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu penso que uma reunião com esta, Deputado Marcos Rogério, tem que ser aberta à participação das entidades. Eu penso que é preciso e é possível que se convoquem pessoas ou entidades, mas, para ter essa amplitude, ela deveria ser um estímulo para que a sociedade civil organizada, nos seus mais variados matizes, com as suas mais



variadas temáticas, pudesse estar aqui. Penso que teria que ser uma miríade de opiniões sobre o pensamento da sociedade civil.

Esta é uma das Comissões que mais dialoga com a sociedade civil. Ela não existe sem o diálogo com a sociedade civil, qualquer que seja o teor da discussão que aqui seja dado. Nós não conseguimos pensar uma Comissão que defenda os direitos dos indígenas sem escutar os indígenas, ou uma Comissão que defenda os direitos das mulheres sem escutar a organização das próprias mulheres e a organização dos diversos segmentos da sociedade, que, por viverem em um País onde há tanta subalternização e coisificação humana, se sentem vulnerabilizados.

Eu penso que nós deveríamos — faço um apelo ao Deputado Marcos Rogério — aprovar esta reunião. Acho que ela deveria ter a participação do maior número de entidades, que as entidades pudessem estar aqui, sem prejuízo de que se componha uma Mesa com algumas entidades. O ideal, no entanto, é que nós tenhamos a diversidade da organização social presente nesta reunião, para que nós possamos colher, de forma mais ampla possível, o pensamento desta sociedade que ousou se organizar no País das casas-grandes e senzalas e ousou se apropriar das suas próprias conquistas e da sua própria condição humana de forma coletiva.

Portanto, Deputado Marcos Rogério, eu acho que não tem sentido nenhum nós não aprovarmos este requerimento. Eu acho que não foi esta a sua sugestão. Acho que a gente deveria aprovar o requerimento, e depois os Parlamentares sugerirem nomes, mas abrindo para que o máximo de possível de entidades possa participar.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Com a palavra o Deputado Domingos Dutra. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Só para responder à Deputada Erika Kokay, Sr. Presidente. Ela está sugerindo aprovar na forma como está. Eu acho que a representação, eu acho que a vinda de entidades aqui, em nenhuma Comissão, há impedimento — qualquer entidade, qualquer pessoa, pode vir ao Parlamento. Não há nenhuma obstrução nesse sentido. É apenas porque nós vamos ter uma linha, uma diretriz para os debates com algumas entidades previamente definidas.



Este ato que eu estou sugerindo aqui — na verdade, eu não estou sugerindo apenas para esta Comissão — é o ato instituído na CCJ, a maior Comissão desta Casa, que baliza, portanto, os trabalhos das demais Comissões no âmbito do Parlamento. Lá, ficou consignado que nos requerimentos de audiência pública já viriam constando as entidades que deles deveriam participar, sem o impedimento de que outras venham a participar do debate.

Falo isso apenas para dar essa diretriz maior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Com a palavra o Deputado Domingos Dutra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero parabenizar o Deputado Assis do Couto pela iniciativa de construir uma agenda transparente e participativa. É fundamental, como disse a Deputada Erika Kokay, que esta Comissão, cada vez mais, radicalize o seu diálogo com a sociedade. Esta Comissão só tem sentido se for para falar para fora do Parlamento. Não tem sentido uma Comissão de Direitos Humanos falando para dentro.

Eu queria apenas trazer para o Deputado Assis do Couto algumas sugestões. Eu acho que, pela importância do debate, talvez o dia 19 esteja muito em cima. Deixo a sugestão de fazer o debate na outra semana, de tal forma que se organize melhor essa agenda, porque os movimentos sociais são amplos. Não sei se V.Exa. já tem condições de fazer uma mobilização para a próxima quarta-feira. Fica essa sugestão.

Em segundo lugar, a Comissão de Direitos Humanos tem um arquivo, um monte de demandas atrasadas. Portanto, eu sugiro que se faça um levantamento de todas as demandas que não foram resolvidas, para não começarmos tudo do zero.

Eu me lembro da questão dos anistiados, que eu não sei como foi tratada no ano passado. Há uma série de órgãos — Exército, Marinha e Aeronáutica — que há anos buscam a Comissão pedindo acompanhamento.

Portanto, que a Comissão possa buscar as demandas que ainda estão em aberto, para fazerem parte desta agenda que vai ser enriquecida a partir desta reunião, que pode acontecer no dia 19. Eu sugiro que seja na outra quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Com a palavra o Deputado Ronaldo Fonseca.



O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero reconhecer que o Deputado Assis do Couto, quando toma essa iniciativa, vinda do Presidente da Comissão, é muito louvável, no sentido de querer dar amplitude aos temas aqui debatidos. O que eu entendi do requerimento é que a vinda dessas instituições e desses movimentos sociais vai corroborar para a formação de uma agenda comum na área de direitos humanos.

Portanto, eu quero reconhecer os méritos deste requerimento, ao tempo em que quero me somar, Sr. Presidente Assis do Couto, à fala do Deputado Rogério. Por quê? Eu entendo que, se nós assim não fizermos, o requerimento perde a efetividade, porque a pergunta que nós estamos fazendo aqui é a seguinte: quais são os movimentos sociais que nós vamos ter aqui para esta audiência pública? Ora, nós temos uma gama de movimentos sociais, nós temos um número muito grande. Quais instituições vão estar aqui?

Assim, é justo que nós, Deputados, que vamos deliberar sobre o requerimento, tenhamos conhecimento prévio de quais são os movimentos, até para que nós possamos colaborar e para que tenhamos equidade nos temas. De repente, nós temos um tema de uma minoria que não vai estar aqui: vai estar presente no debate, mas não vai estar, por exemplo, na orientação da Mesa.

Dessa forma, eu entendo que este requerimento deveria ser votado com a indicação, pelo menos, daqueles que vão basilar o debate. Obviamente, se nós tivermos 50 intuições ou movimentos sociais presentes, não teremos como ouvir todo mundo, não é verdade? Não teremos como ouvir a todos. É óbvio que também numa audiência pública não vamos ter que ouvir todos os segmentos. Não tem como. Se nós pudéssemos, numa audiência pública, esgotar o tema e ouvir todos os segmentos, não precisaríamos convidar, não — viria todo mundo aqui, e ouviríamos um por um. Mas é claro que nós não vamos esgotar.

Portanto, se nós não vamos esgotar o tema, diante do fato de não termos aqui todos os movimentos sociais, eu entendo que ficaria mais democrático, acho que, na minha opinião, traria mais efetividade para o requerimento de V.Exa. se nós declinásemos os nomes das instituições que vão corroborar para formamos uma agenda comum para esta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Com a palavra o Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sr. Presidente, se a proposta do requerimento é abrir para a construção de uma agenda comum, a gente não pode balizar nada para ninguém neste momento, porque nós estamos nos abrindo para o conjunto das entidades e ativistas de direitos humanos deste País que querem dialogar com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

Trata-se de um gesto de abertura da Câmara para esses movimentos. Eles que se organizem nos seus coletivos e encontrem, na sua maneira, um meio de apresentar a sua pauta. Não somos nós que temos que apresentar diretrizes nem fazer baliza nem seleção a movimentos sociais.

As pessoas que verdadeiramente trabalham com os direitos humanos neste País sabem que os direitos humanos compreendem os direitos sociais, os direitos econômicos, os direitos políticos, os direitos culturais, os direitos ambientais, os direitos sexuais e os direitos reprodutivos.

Portanto, há um conjunto de entidades, institucionalizadas ou não, e de ativistas que querem o diálogo com essa instituição. A maneira de se organizar para apresentar essa sua pauta eles vão definir. Então, a gente não pode se fechar. Esta audiência tem que estar aberta mesmo, como o Presidente propôs no seu requerimento. Não temos que elencar nomes de nenhuma instituição. Nós estamos nos abrindo; elas que se organizem e se apresentem.

É sempre bom lembrar que esta foi uma demanda dos movimentos sociais. O Presidente está sendo porta-voz, mas o movimento social, os diferentes, já estava aqui, querendo uma audiência para apresentar a sua pauta.

Dessa forma, Deputado Ronaldo Fonseca, que V.Exa. convide os movimentos sociais que V.Exa. conhece e que são engajados nos direitos humanos para que se façam presentes. Estamos abertos a todos, e todos se organizem aqui para apresentar a sua pauta.

Eu acho que o requerimento tem que ser aprovado como está mesmo, em aberto. Não temos que fechar para ninguém.

Muito obrigado.



O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Sr. Presidente, eu queria entender, de repente, eu não estou entendendo o requerimento.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Eu queria, diante da fala do Deputado Jean Wyllys, entender uma coisa. Pela fala do Deputado, pelo que eu entendi — de repente, a minha inteligência não chegou a tanto — da fala do Deputado Jean Wyllys, nós não vamos, portanto, ter a composição de mesa de movimentos sociais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Isso, a proposta é essa.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Ah, agora eu estou entendendo. Então, nós vamos ter o seguinte: *“Eu requeiro a aprovação do requerimento...”* Vai haver a direção da Comissão, e os movimentos sociais vão estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - As pessoas se inscrevem e vão falando.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - O.k. Agora eu estou entendendo o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - É uma escuta democrática.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - É assim o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - É.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Ou vai ser convidado... Eu acho que o proponente é que deveria responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Não, não. Só para esclarecer mesmo...

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Não, o proponente é que deveria responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Isso já aconteceu várias vezes aqui. É uma espécie de escuta democrática. Vêm os movimentos...

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Ah, então, eu estou entendendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - ...eles vão passando, vão se inscrevendo e vão falando.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Ah, é assim?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - É. A Mesa não tem...

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Não vai ser convidada uma mesa para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Não se reserva...

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - ...não vai haver expositores aqui?

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Mas vai haver um prazo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - É. Essa é a proposta.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Nós não entendemos o requerimento. Só isso.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Deputado Ronaldo Fonseca, mas isso foi dito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Só um minuto.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Deputado Nilmário Miranda, V.Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Só para eu seguir a sequência, eu inscrevo a Deputada. V.Exa. está inscrita.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Tem a palavra o Deputado Roberto de Lucena.

O SR. DEPUTADO ROBERTO DE LUCENA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, primeiro, quero me dirigir ao Deputado Assis do Couto, nosso Presidente, e cumprimentá-lo pela apresentação deste requerimento.

Eu confesso, Deputado Assis do Couto, que tinha uma preocupação e me somava, nesta preocupação, àquilo que aqui foi exposto pelo Deputado Marcos Rogério e pelo Deputado Ronaldo Fonseca. Ficando claro, como está posto neste momento, que se trata de receber no âmbito desta Comissão — seguramente, não será realizado neste plenário, porque precisaremos de um espaço bem maior — todos os movimentos sociais, aqueles que militam na defesa dos direitos humanos, e que nós não teremos, entre esses movimentos, expositores, mas a direção dos trabalhos coordenada e organizada pela Mesa, para mim, as minhas preocupações ficam sanadas.



É claro que o Sr. Presidente haverá, de alguma maneira, de conseguir extrair o melhor resultado de uma reunião tão plural e tão complexa como esta. Mas, sendo assim como o posto, a minha preocupação está sanada e resolvida. Está dirimida a minha preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Com a palavra a Deputada Janete...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Sr. Presidente, há algum prazo para essas entidades se manifestarem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Só um minuto.

Tem a palavra a Deputada Janete Rocha Pietá.

A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ - Quem vai falar agora, Sr. Presidente? *(Pausa.)*

Sou eu? Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Tem a palavra a Deputada Janete Rocha Pietá.

A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ - Está bem. Eu estou aqui aguardando, silenciosa.

Em primeiro lugar, eu quero, como o Deputado Roberto de Lucena, parabenizar o Deputado Assis do Couto por esta iniciativa. A meu ver, ficou claro que a Comissão de Direitos Humanos vai abrir uma agenda exatamente para ouvir as demandas de todos os movimentos sociais, da sociedade civil, em uma pauta, a meu ver, importante.

Como nós vimos no início, o Deputado Assis do Couto trouxe um projeto, uma linha geral de proposta de condução dos trabalhos deste ano, mas, além dessa proposta com os temas prioritários, a partir da visão da Mesa, ele está, na primeira audiência, querendo ouvir a sociedade civil, o que, a meu ver, amplia e de fato democratiza a Comissão.

Eu gostaria de parabenizá-lo e, para que se ouça o contraditório e haja um bom trabalho, de perguntar à Mesa se acata a proposta do nobre Deputado Domingos Dutra de dar mais uma semana, para concluir os trabalhos desta audiência. Se ela não acatar, eu não vejo nada contra. Do contrário, nós teríamos



que realmente ver um espaço maior e a metodologia, para que a gente possa ouvir todas as entidades presentes.

Eu voto a favor, mas gostaria apenas de elucidar esta questão que envolve a metodologia dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - O Deputado Marcos Rogério pediu a palavra.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, com esta informação que V.Exa. deu, confirmada pelo proponente da audiência pública, de que não haverá convites específicos para as entidades comporem a Mesa e fazerem as diretrizes do trabalho, eu retiro o destaque, para permitir a votação. Assim, a gente avança, na linha do que foi estabelecido pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Com isso, resta decidir se se mantém a reunião para a quarta-feira, ou se se adia.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - O primeiro ponto é que, se fôssemos organizar algo já formalizado, com a Mesa definida, nós, é claro, até teríamos indicado.

Volto ao tema anterior. A diversidade, a pluralidade e o anseio de serem ouvidos são muito grandes. A nossa ideia é que, até a semana que vem, quem quiser vir se manifeste e diga: *“Eu vou estar lá. Eu represento o segmento tal e vou estar lá”*. Quem vier aqui terá de 3 a 5 minutos para entregar documentos e dar a sua opinião. Não precisamos compor uma mesa, pois ela não passaria de quatro ou cinco membros. Do contrário, não funciona, pois não há tempo.

Vamos ouvir essa diversidade e, democraticamente, vamos formar a Mesa com o Presidente, os Vice-Presidentes, e ouvir a sociedade. Esse é o objeto do encontro.

Quanto à data, a nossa observação é o tempo. Nós temos muito pouco tempo para muitas audiências públicas, eventos e missões nos Estados. A Copa do Mundo e as eleições também estão aí. Por que pensamos na quarta-feira que vem? Por conta do tempo. Nós não queríamos alongar demais isso. Queríamos ouvi-los logo, porque há uma ansiedade da nossa parte em ouvir a sociedade neste plenário.



Por isso, nós marcamos para a quarta-feira que vem. Se houver a compreensão de todos, nós vamos nos desdobrar para realizar um grande debate democrático na quarta-feira que vem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - O Deputado Domingos Dutra também retirou a proposta de adiar, o que quer dizer que nós poderemos votar.

Portanto, em votação o Requerimento nº 15, do Deputado Assis do Couto.

Os Deputados que concordam com ele permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, eu já posso propor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Eu proponho votarmos os dois requerimentos do Deputado Assis do Couto...

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Isso, Sr. Presidente. Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - ...para eu não precisar voltar e sair. Ele apresenta os Requerimentos nº 6 e nº 7, e a gente, depois, segue pela ordem.

Requerimento nº 6. É o item 7 da pauta.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - A nossa observação, quando assumimos esta Comissão, é que me parece que há apenas uma Subcomissão criada — duas! —, mas com pouca produção. Quase não encontramos resultado obtido. Essa é uma observação.

Segundo, nós estamos iniciando, não uma nova era, mas um novo ano legislativo, uma nova Mesa da Comissão. Muitos membros da Comissão foram substituídos. Achamos por bem extinguir as Subcomissões existentes para que, democraticamente, cada Deputada e cada Deputado desta Comissão possa apresentar requerimento para a criação de Subcomissões, e aqui, democraticamente, fazemos o debate quanto a criarmos ou não as Subcomissões.

Portanto, o objetivo deste requerimento é darmos esse importante passo neste momento.



Sr. Presidente, este é o motivo, digamos assim, deste requerimento de extinção das duas Subcomissões existentes. Eu não queria entrar no mérito, porque essas Subcomissões, se aprovadas, poderão retornar, e eu não posso questionar o mérito delas, neste momento. O que nós queremos é iniciar um debate e uma estruturação.

Eu não sei se o meu Secretário tem aqui algo sobre as duas existentes. Nós abrimos a palavra, e logo verificamos quais são as Subcomissões existentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Dois Deputados apresentaram destaque: a Deputada Liliam Sá e o Deputado Marcos Rogério.

Com a palavra, a Deputada Liliam Sá.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - O meu destaque e a minha questão de ordem são que, se essas Subcomissões tivessem o apoio dos membros que continuam o trabalho, elas não fossem extintas. Mas eu não sei nem quais são, para poder defendê-las.

Quanto ao Requerimento nº 7, eu pediria a tramitação normal, para que os membros que continuam na Comissão não precisassem reapresentar esses requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - O Deputado Assis do Couto disse que nada impede que eles sejam reapresentados.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Mas a minha questão de ordem é que não fossem reapresentados e que tramitassem normalmente para aqueles membros que já estão aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Há algum pedido concreto? A Deputada tem alguma proposta?

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - É isso que eu estou falando. No meu caso, eu tenho alguns requerimentos que eu apresentei no fim do ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Eu estou falando, primeiro, das Subcomissões.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Das Subcomissões, não. Nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Vamos deixar para discutir o requerimento em um momento seguinte?



A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - O.k. É por isso que eu não questiono mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Se houver alguém que proponha manter a Subcomissão, que o faça agora. Assim, a gente já delibera se mantém.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, se V.Exa. me permite...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Com a palavra o Deputado Marcos Rogério. *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Havia um pedido de Subcomissão meu, mas não há nenhuma...

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer algumas ponderações em relação às Subcomissões que, eventualmente, tenham sido objeto de deliberação da Comissão para a sua criação. Todavia, se não houve instalação e nenhum procedimento desta Comissão, eu acho que não há questionamento.

Porém, para aquelas Subcomissões que foram criadas e instaladas, eu penso que seria, no mínimo, aconselhável ouvir aqui aqueles que as compõem — o Presidente de uma delas, a propósito, nem se encontra na reunião neste momento. Ele continua fazendo parte da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. É preciso ouvir, para saber em que pé estão essas Subcomissões, o que produziram e o que deixaram de produzir. Nesse caso, o Plenário decidiria, ao comando do Presidente, se mantém as Subcomissões ou se as extingue, porque nós estamos em um novo período de trabalhos da Comissão.

No entanto, extinguir a Subcomissão sem ter conhecimento do que sequer ela produziu eu acho que seria, no mínimo, para ser bem cuidadoso com as palavras, deselegante com um colega nosso que continua na Comissão e que preside essa Subcomissão. Ele não se encontra aqui. Em uma das Subcomissões, por exemplo, o Deputado Jair Bolsonaro é quem preside — uma delas! Eu estou citando *en passant*.

Assim, Sr. Presidente, apelando até para o bom-senso de V.Exa., acho que seria o caso de retirar, de ofício, este requerimento e, quando o Presidente dessa



Subcomissão estiver presente, a gente lhe dá a oportunidade para se manifestar, dizendo o que foi feito e o que não foi feito. Aí, a gente delibera se mantém ou se extingue a Subcomissão.

Não quero, Sr. Presidente, questionar a legitimidade de V.Exa. Apenas apelo para o seu bom-senso, porque o Parlamentar que preside a Subcomissão não se encontra aqui. Eu não me sentiria à vontade para fazer esta votação nestas circunstâncias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, o período terminou, tanto é que, quando nós terminamos o ano, até a chegada da nova Comissão, da nova Presidência ou dos membros, somente o Presidente é que, de fato, continua gerindo os trabalhos da Comissão — não há mais Subcomissões, não há mais reuniões dos membros da Comissão para definir qualquer coisa, porque o período terminou.

Aí acontece o seguinte: é numa nova Comissão que os novos membros têm o direito de apresentar, porque são novos temas, novas temáticas que podem aparecer. Alguém que está aqui e que apresentou pode apresentar também agora para a Subcomissão Permanente ou para a Subcomissão Especial.

Nesse sentido, cessou tudo o que havia. Mas, se a gente quiser utilizar dos requerimentos que foram colocados, eles deverão ser reapresentados, é uma nova composição. Isso aconteceu normalmente em cada momento em que a gente foi Presidente — a extinção é uma praxe. Extingue-se, no sentido de que agora se abre um novo período para que cada Parlamentar apresente suas propostas para as Subcomissões Permanentes ou para as Subcomissões Especiais ou para os grupos de trabalho, que também podem ser criados com a presença dos segmentos sociais que podem participar.

Trata-se apenas de uma questão regimental, para fazer com que nós agora possamos apresentar às Comissões. Senão, nós não teremos como apresentar novas Comissões.

Nesse sentido, esta é uma praxe que tem sido colocada, de modo que as pessoas não têm que perder tempo com isso. Todos vão ter o direito de apresentar



as Subcomissões que quiserem, e esta Comissão irá discutir e apresentar, com base no que o Regimento determina, o número de Comissões.

São quantas Subcomissões? (*Pausa.*)

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - São três, três, podendo-se criar grupos de trabalho.

Deputado Rogério, vamos supor que agora haja uma temática que aparece em destaque, para que a gente possa fazer a discussão aqui, por exemplo, da violência contra os moradores de rua, já que é uma questão que aparece, ou do movimento das barragens que cada dia mais a gente vê.

O fato é que há uma serie de questões que a gente pode apresentar agora. Se a gente não fechar as anteriores, a gente não terá como apresentar as nossas Comissões.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, a questão de ordem é se é possível, regimentalmente, que os Deputados que destacaram... Se não for possível, a gente pede que substitua o destaque, para a gente seguir a pauta. Parece-me que, regimentalmente, não é possível. Tem que fazer novas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Vou fazer uma consulta. Sobre a questão de ordem, vou consultar o Deputado Marcos Rogério.

Argumentou-se aqui que esta é uma questão de praxe. Quando todas as Comissões se iniciam, extinguem-se as anteriores, sem prejuízo de poder reapresentar. Como há um número restrito de Comissões que podem ser criadas — três Especiais e três Permanentes —, para dar a oportunidade aos Deputados que as compõem, que permanecem ou que entraram, de apresentarem propostas. Aí, as que existiam são reapresentadas. Se o Deputado aceitar esse procedimento, como de praxe — não se visava nenhuma Comissão em particular —, há apenas duas Especiais criadas que ficaram aí. Se aceitar, nós passamos em frente.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, minha observação não é nem o sentido de se manter ou de se extinguir neste momento. Eu só estou fazendo esta ponderação porque eu participei do ato que criou essas Comissões e



algumas delas — uma delas, pelo menos — eu sei que foram instaladas, e houve alguma ação.

O Presidente desta Comissão não está na sessão, hoje. Quem me acompanha na CCJ já conhece minha postura em relação a isso. Mesmo quando eu sou Relator de matérias às quais, às vezes, tenho a chance de aprovar, não estando presente a pessoa que diverge de mim — o Deputado Couto está aqui e sabe disso —, muitas vezes pedi para retirar de pauta, por lealdade ao colega da Comissão.

Então, eu só estou fazendo essa ponderação pela ausência do colega, mas sem nenhum prejuízo de a gente rever a questão da Comissão Externa e abrir oportunidade para se criar outras. Então, é pela ausência do colega que preside a Comissão e que não teve oportunidade sequer de apresentar os relatórios, os quais gostaria de saber, inclusive, quais são. Mas é apenas nesse sentido. Agora, se o Presidente entender que devemos avançar, não serei obstáculo a essa deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Está bom.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sr. Presidente, por favor. Eu era membro da Comissão de Cultura no ano passado e Presidente de uma Subcomissão que nós criamos. Eu apresentei, ao fim do ano passado, um relatório do que a minha Subcomissão produziu à Presidência da Comissão de Cultura. E a Presidenta da Comissão de Cultura, Deputada Jandira Feghali, apresentou um grande relatório que continha o relatório da minha Subcomissão.

Bom, se o Deputado que presidiu uma Subcomissão aqui dentro produziu alguma coisa, ele apresentou o relatório ao antigo Presidente. Portanto, já está mais do que justificada a atuação dele. Nós estamos agora em outra gestão. E bom senso é respeitar quem está aqui, não quem está ausente. Quem está ausente deveria estar aqui. A Comissão está funcionando. Eu quero ser respeitado. Aqui, a gente tem que votar, passar adiante na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Eu só estou querendo entender. Se o Deputado Marcos Rogério retirar o destaque, não há...

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, eu estou a cavaleiro aqui. Agora, não vamos desrespeitar a ausência de alguém aqui, porque nós somos um Deputado, nós temos várias Comissões funcionando ao mesmo



tempo e todos sabem como funciona esta Casa. Então, acho que esta boa convivência...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Só para esclarecer: não estou desrespeitando a ausência de ninguém. Só estou dizendo que a presença dos que aqui estão deve ser respeitada e a pauta tem que seguir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Temos vários inscritos...

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Presidente, eu vou retirar o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Está retirado o destaque. Vou colocar em votação, porque foi retirado o destaque.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Eu queria só fazer um esclarecimento.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Coloque em votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Requerimento nº 6, do Deputado Assis do Couto, que *“requer a extinção de Subcomissões Especiais criadas em 2013 na Comissão de Direitos Humanos e Minorias”*.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

Item 8.

Requerimento nº 7, do Deputado Assis do Couto, que *“requer o arquivamento de requerimentos apresentados e não deliberados na Comissão de Direitos Humanos e Minorias no exercício de 2013”*.

Com a palavra o Deputado Assis do Couto.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Obrigado, Sr. Presidente. Eu queria, antes de falar no requerimento, só dialogar com o Deputado Marcos Rogério.

Eu acessei o *site* agora, porque não estava me lembrando bem das duas Subcomissões. Sem entrar no mérito, uma é a Subcomissão Especial de Defesa da História das Forças Armadas na Formação do Estado Brasileiro; a segunda é a Subcomissão Especial de Acompanhamento das Denúncias de Violação dos Direitos dos Povos Indígenas. São duas questões bem distintas. Então, não tem



nada aqui de posição ideológica. O que nós fizemos aqui é uma questão operacional, funcional da Comissão.

Acho que é uma questão importante de se registrar aqui, para a gente não ficar nesta angústia por causa de posição de A ou de B. E essas Subcomissões poderão voltar a ser constituídas. Assim, quero agradecer ao Deputado Marcos Rogério pela compreensão, para darmos andamento aqui à pauta.

O segundo requerimento diz respeito ao arquivamento dos requerimentos apresentados e não deliberados. Eu tive o cuidado de conversar com outras Comissões sobre esse tema, até porque existe uma orientação aqui do DECOM — Departamento de Comissões, que cuida do funcionamento das Comissões, nesse sentido. Não se trata dos requerimentos aprovados e não realizados. Mas os requerimentos não votados na Comissão achamos por bem extingui-los e recomeçar, porque quem apresentou requerimento no ano passado tem o direito de reapresentar o mesmo agora.

No entanto, quanto aos requerimentos aprovados nós estamos analisando toda aquela lista de audiências públicas, missões e tal, que não foram ainda realizadas. Tudo isso vai ser analisado pela Mesa Diretora. Quanto aos requerimentos não votados neste Plenário, nós estamos propondo a supressão e que não mais serão reapresentados aqui. Poderão ser reapresentados, desculpe-me, com um novo requerimento. São aqueles mais de 20 requerimentos não votados aqui que queremos extinguir.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Quem destacou foi a Deputada Liliam Sá. Pergunto se S.Exa. mantém o destaque.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Não. Esclarecida a minha dúvida, eu retiro o destaque. E eu queria saber se essa regra vai ser também aplicada aos projetos de lei que têm relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Não, é outra regra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Se não há destaque, então o requerimento entra no mesmo procedimento do outro. Eu vou colocar em votação rapidamente. Depois, eu vou devolver a Presidência ao Deputado Assis do Couto, para ele colocar os demais que foram destacados, se todos concordarem.



Em votação o Requerimento nº 7, do Deputado Assis do Couto, que *"requer o arquivamento de requerimentos apresentados e não deliberados na Comissão de Direitos Humanos e Minorias no exercício de 2013"*. (Pausa.)

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Eu vou devolver a Presidência ao Deputado Assis do Couto, que vai continuar a reunião a partir do Item 14 da pauta, que é o Requerimento nº 12, do Deputado Marcos Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Obrigado, Deputado Nilmário.

Com a palavra o Deputado Marcos Rogério, autor do Requerimento nº 12, de 2014.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, seria bom que a ementa fosse lida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Sim.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, trata-se do Requerimento nº 12, de 2014, que *"requer expedição de ofício para as entidades e os fins que especifica"*.

Eu estou requerendo aqui expedição de ofício ao Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária — CONAR, com cópia para a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, justamente com relação a uma propaganda do guaraná Antarctica, que está hoje em mídia nacional, que considero ofensiva aos turistas que virão ao Brasil. Vejam: eu selecionei alguns textos aqui.

Eu ia começar fazendo as observações, mas eu vou começar pelo final. Um jogador de futebol, famoso — Neymar, para ser mais específico —, respeitado no Brasil e no exterior, questionado por um turista sobre como pedir um guaraná, ensina: *"Um guaraná para o água de salsicha"*. Numa outra situação: *"Um guaraná para o filhote de cruz-credo"*. A pessoa pede: *"Como é que eu peço esta bebida aqui?"* Ele escreve um bilhetinho e a pessoa vai ao comércio — a cena mostra isso. O ideal seria a gente mostrar no telão a propaganda. Tem ainda: *"Um guaraná para o serra pelada"*, *"Um guaraná para o cão chupando manga"*.



Sr. Presidente, por que é que eu decidi fazer este requerimento? Qual a imagem que o Brasil quer passar para a comunidade internacional concernente à Copa do Mundo? Será que é a imagem de um País que sabe receber o turista, que sabe receber o desportista, que sabe receber os milhões de pessoas que virão ao Brasil ou um País que ensaia, em rede nacional, um trote ao estrangeiro, *bullying* ao estrangeiro?

Eu penso que não é um bom exemplo para as nossas crianças e, sobretudo, um desrespeito a quem vem ao Brasil assistir a Copa do Mundo. Achei de péssimo gosto, embora eu seja fã do guaraná Antarctica. Quando estive fora do País me deu saudade do guaraná Antarctica, porque eu fui para uma região em que não tinha. Mas uma empresa genuinamente brasileira permitir associar a sua marca a uma campanha que, para mim, é ofensiva à dignidade da pessoa humana...

O trote no Brasil já é considerado *bullying*. Nas escolas, a gente combate isso. No futebol, hoje, nós estamos combatendo o preconceito, e agora estamos diante de uma campanha nacional, de mídia publicitária, em que uma empresa associa a sua marca justamente à ideia de se passar trote.

O ideal seria ver a propaganda, porque aí você teria exatamente a dimensão. Mas é exatamente isto: o turista internacional pergunta a ele: “Ô, Neymar, como é que eu peço esta bebida aqui?” E aí ele diz: “Espera que eu vou ensinar a você”. E escreve um bilhete e entrega a ele. Na sequência, o turista diz exatamente isto aqui: “Um guaraná para o filhote de cruz-credo”. Fala numa língua meio atravessada, não é? Quem ouve a propaganda pela primeira vez dá risada, acha engraçado. Mas será que é essa a imagem realmente que nós queremos passar para o exterior? Eu acho que é, além de constrangedor, ofensivo e um estímulo as nossas crianças brasileiras a praticarem trote e *bullying* no País.

Então, eu estou fazendo este requerimento, Sr. Presidente, a princípio apenas pedindo ao Conselho de Autorregulamentação que faça a recomendação de retirada do ar dessa propaganda. O Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária, que regula toda a atividade publicitária, preceitua que “a propaganda deve caracterizar-se pelo respeito à dignidade da pessoa humana, interesse social, às instituições, símbolos nacionais...” e outras questões que estão no art. 19. E diz em



seu art. 20 que *“nenhum anúncio deve favorecer ou estimular qualquer espécie de ofensa ou discriminação social ou de nacionalidade”*.

Então, é neste viés que eu estou apresentando este requerimento, ou seja, no sentido de que nós sinalizemos que o Brasil sabe receber o turista, e o recebe bem, com respeito, com dignidade, como ele merece.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Muito obrigado, Deputado Marcos Rogério.

Em discussão o requerimento.

Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu não conheço a propaganda mas, pelo que foi relatado pelo Deputado Marcos Rogério, ela é ofensiva não à condição de turista, mas é ofensiva a qualquer ser humano. E especificamente se utiliza do fato de o turista não ter acesso à língua, pelo que eu pude depreender do que foi falado, para assumir uma posição de discriminação, de superioridade e de ofensa. Então, eu tenho clareza de que fere, sim, o que prevê o CONAR.

Mas eu sugeriria, para além disto que o Deputado Marcos Rogério propõe, que nós possamos aqui aprovar uma recomendação ao CONAR no que diz respeito que a dignidade humana tem que ser preservada no conjunto das propagandas.

Recentemente, nós tivemos o caso da Adidas: uma propaganda em que foi estabelecida uma campanha ofensiva ao povo brasileiro, às mulheres brasileiras, coisificando as mulheres, fazendo com que nós deixemos aberta essa ferida colonialista, patriarcalista, que ainda é tão vigente no Brasil. E realmente o CONAR se posicionou e essa propaganda foi retirada. Mas eu penso que era preciso mais do que isso, não é? Não adianta só você retirar a propaganda.

Eu acho que a gente tem que fazer uma audiência pública — eu sugiro isso, posso formalizar na próxima reunião — para que nós possamos fazer a discussão das propagandas que discriminam o ser humano nas suas mais variadas expressões.



Então, eu sugeriria que, para além de se retirar, houvesse o pagamento de uma multa e que o recurso da multa pudesse servir aos fundos que defendem exatamente o segmento discriminado naquele momento.

Então, para dar concretude a minha proposta, eu diria que eu estou de acordo com que se possa fazer essa campanha não no que diz respeito ao turista, porque temos que receber bem o turista, ainda que isso seja uma verdade. Temos que receber bem os turistas, que são pessoas, são seres humanos que merecem ser tratados enquanto tais. Quando se chama alguém de “serra pelada”, de “cão chupando manga”, de “filhote de cruz-credo”, você está subalternizando o outro. E nós não podemos admitir que essa violência, que fica no discurso, seja inocente, porque não é. O discurso não é inocente. O discurso forma opinião. O discurso prepara ações, que são aquelas de desumanização simbólica. Quando você chama um outro de “cão chupando manga”, você o está simbolicamente desumanizando.

Então, que nós possamos aprovar esse requerimento e possamos fazer uma recomendação ao CONAR sobre todas as propagandas que discriminam, que aviltam as mulheres, porque são mulheres que eles coisificam, ou crianças, ou a comunidade LGBT, enfim. Assim, que nós possamos traçar uma recomendação desta Comissão ao CONAR, de forma ampla, para que haja uma fiscalização.

E particularmente, quando nós estamos falando de Copa, estamos falando de como nós vendemos o Brasil, de como nós apresentamos o Brasil para o conjunto do mundo. Isso tem um sentido que extrapola as nossas próprias fronteiras.

Então, seria fazer essa recomendação ao CONAR e, ao mesmo tempo, sugerir uma audiência pública para que nós possamos discutir a discriminação que se apresenta, através das propagandas, muitas vezes, associando os seres humanos à mercadoria, como as mulheres via de regra são associadas, particularmente em propagandas de bebidas alcóolicas.

Houve uma ocasião, e eu já encerro, onde se virava uma lata ou um recipiente de cerveja, e a mulher era virada da mesma forma. Como se a mulher ali fosse comparada a uma cerveja, a uma lata, enfim, a uma coisa. E é preciso que nós reajamos a isso.

Era isso, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Obrigado, Deputada Erika Kokay.

Deputado Marcos Rogério, V.Exa. gostaria de fazer alguma observação?
(Pausa.)

Há mais alguém inscrito sobre esse tema? (Pausa.)

Deputada Luiza Erundina, V.Exa. aceita os acréscimos, os pontos colocados?

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - As ponderações da Deputada Erika Kokay são totalmente pertinentes, Sr. Presidente, especialmente com relação à questão da multa. Eu não sei como nós poderíamos fazer — talvez, através de um requerimento — essa indicação.

Mas eu acato a sugestão de S.Exa. com relação a isso. De repente, por meio da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Eu não sei qual seria o instrumento que nós teríamos para fazer essa solicitação de multa. Mas eu acato a sugestão de S.Exa. em relação à audiência. Acho totalmente pertinente, porque aí nós temos inclusive a oportunidade de apresentar alguns vídeos para demonstrar o que é, como está sendo feito e o que se está ofendendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Deputada Luiza Erundina.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Com o que propuseram eu concordo inteiramente. Mas gostaria que a audiência pública se fizesse conjuntamente com a Comissão de Ciência e Tecnologia e Comunicação.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Boa, boa.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Para dar esse tratamento mais geral sobre a questão da comunicação e informação.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - E da Comissão de Defesa do Consumidor.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Defesa do Consumidor?

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Também. Boa.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Antes de votarmos, eu quero apenas deixar claro o seguinte: o primeiro ponto seria acrescentar no requerimento do Deputado Marcos Rogério o que a Deputada Erika Kokay propôs



sobre a recomendação ao CONAR; segundo: seria apresentado, posteriormente, um requerimento para essa audiência pública. É isto.

Podemos votar? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Haveria uma audiência pública conjunta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Sim. E a audiência pública seria em parceria com as Comissões de Ciência e Tecnologia e Defesa do Consumidor. *(Pausa.)*

Então, em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Requerimento nº 12, de 2014, do Deputado Marcos Rogério, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado. *(Pausa.)*

Requerimento nº 17, de 2014, da Deputada Erika Kokay e dos Deputados Nilmário Miranda e Domingos Dutra, que "*requerem a realização de audiência pública para discutir a criminalização dos movimentos sociais no campo a partir de um caso recente ocorrido em Buritis, Município do Estado de Minas Gerais*". *(Pausa.)*

Em discussão.

A Deputada Erika Kokay e o Deputado Domingos Dutra estão presentes no plenário.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O requerimento é de minha autoria e dos Deputados Nilmário Miranda e Domingos Dutra. Ele diz respeito a um processo que está acontecendo em Buritis e que tem gerado uma série de reações de alguns movimentos, particularmente do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Esse processo tramita há alguns anos — mais de uma década — e, agora, houve uma punição absolutamente desproporcional ao fato, sobre um problema de conflito fundiário que já foi resolvido.

Então, existe uma criminalização que se está expressando em vários momentos e particularmente em Buritis.

O Deputado Nilmário Miranda que havia feito este destaque não está mais aqui, mas pergunto se alguém mantém o destaque para que nós possamos passar à votação imediatamente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Não estando presente o Deputado Nilmário Miranda, que fez o destaque, e não havendo quem queira destacá-lo, colocamos em votação o Requerimento nº 17, de 2014, da Sra. Erika Kokay e dos Srs. Nilmário Miranda e Domingos Dutra. *(Pausa.)*

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado. *(Pausa.)*

Último destaque da pauta — depois teremos as matérias extrapauta para discutir — é o Requerimento nº 19, de 2014, da Sra. Erika Kokay, que *"requer a realização de audiência pública para discutir as manifestações e atos de violência homofóbica ocorridos no Distrito Federal recentemente"*.

Com a palavra a Deputada autora do requerimento.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, recentemente, em Brasília, nós tivemos duas manifestações homofóbicas extremamente violentas. Uma delas diz respeito a duas jovens que foram agredidas no Setor Comercial. E não foi uma manifestação apenas homofóbica, mas com uma lógica sexista e machista muito intensa. Um rapaz abordou as meninas e, por uma delas não ceder ao seu assédio, esperou que elas se retirassem do restaurante para espancá-las brutalmente. Inclusive, uma delas pode carregar esse espancamento pelo resto da vida, porque seguramente pode vir a perder o movimento da mão.

Portanto, nós precisamos discutir essas manifestações de desumanização que existem e têm atingido a comunidade LGBT.

Recentemente, houve um ataque a quatro pessoas que estavam em um bar aqui no Distrito Federal. Elas foram atacadas com expressões não apenas nitidamente homofóbicas, mas também racistas — racistas, homofóbicas, sexistas.

Eu penso que essas são expressões de uma lógica desumanizante que está em curso neste País e que se expressa na nossa cidade. Nós não podemos encará-la como natural. Não é natural que as pessoas sejam agredidas na mesa de um bar ou sejam agredidas no centro de Brasília simplesmente porque são como são, simplesmente porque são mulheres, ou porque são negros, ou porque são homossexuais, ou porque participam da comunidade LGBT.



Então, nesse sentido, nós estamos propondo que façamos essa discussão aqui para vermos a necessidade de construção de políticas públicas, na perspectiva de que nós não tenhamos esse nível de desumanização e agressão e que tenhamos a liberdade de ser, a liberdade de orientação sexual, a liberdade de identidade de gênero, a liberdade de existência humana, que pressupõe todas as condições peculiares do ser humano. É nesse sentido que nós propusemos.

O Deputado Marcos Rogério foi quem destacou. Ele não se encontra, mas eu repito o mesmo encaminhamento que foi feito no item anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - O Deputado Marcos Rogério, que fez o destaque, não está presente. Portanto, se ninguém mais quer destacar esse tema, nós encerramos a discussão e passamos à votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão.
(*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 19, de 2014, da Deputada Erika Kokay.

Nós tivemos uma falha, pois não aprovamos a ata da reunião anterior. Trata-se de uma falha nossa que devemos corrigir.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Solicito a dispensa da leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Os Deputados que concordam com a dispensa da leitura permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a dispensa da leitura.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que aprovam a ata da reunião do dia 26 permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nós temos aqui três requerimentos extrapauta. Primeiro, nós vamos ler a ementa dos requerimentos, para darmos conhecimento a V.Exas. sobre as matérias.

Conforme o Regimento, todos eles têm assinaturas e encontram-se aptos a serem votados. Mas, regimentalmente, nós temos que ter o acordo do Plenário da Comissão para a sua votação.



O primeiro requerimento é do Deputado Domingos Dutra, que *"solicita a realização de seminário em conjunto com a Comissão de Educação e a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, para debater os obstáculos e perspectivas da ressocialização no sistema carcerário pelo trabalho e pela educação, nos termos da legislação em vigor"*.

O segundo requerimento extrapauta é de autoria da Deputada Janete Rocha Pietá e outros, que *"requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para discutir a aplicação da Lei 7.716/89 em casos de racismo e discriminação racial contra a população negra"*.

O terceiro requerimento é de autoria do Deputado Marcos Rogério — ausente em plenário — que *"requer a realização de diligência no âmbito desta Comissão para averiguar as ocorrências de mortes de crianças indígenas na cidade de Tabatinga, no Estado do Amazonas"*.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Isso faz parte, Márcio, da pauta, da lista. Pode conferir. Ele faz parte da lista. *(Pausa.)*

Portanto, seriam apenas dois requerimentos extrapauta: um do Deputado Domingos Dutra e outro da Deputada Janete Pietá. Se realmente confere, pedimos desculpas ao Deputado Marcos Rogério, porque ele não está em plenário e nós citamos o requerimento de autoria de S.Exa.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Então, corrigida a falha aqui da Mesa.

Alguém se manifesta contra a discussão e a aprovação desses requerimentos extrapauta nesta reunião? *(Pausa.)*

Por consenso, por unanimidade deste plenário, nós vamos colocar em discussão o primeiro requerimento.

Com a palavra o Deputado Domingos Dutra, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, é de conhecimento público brasileiro — e, agora, até internacional — que o nosso sistema carcerário é um caos. O sistema carcerário brasileiro se sustenta na ilegalidade, na tortura física, moral e psicológica.



Todos nós sabemos que o Estado brasileiro não cuida dos seus presos e, na medida em que o Estado não cuida de suas obrigações legais, as organizações criminosas cuidam. O Estado de São Paulo, em 7 anos, foi paralisado três vezes pelo PCC. Estamos vivendo novamente outra crise no Estado de São Paulo por conta das organizações criminosas.

No Estado do Maranhão, no final do ano, o mundo inteiro tomou conhecimento da existência daquele Estado; só que não foi pelas belezas naturais, não foi pela poesia de Gonçalves Dias, foi pela tragédia divulgada, na qual os presos — depois de matar 54 detentos, colegas, sem que ninguém tomasse providências — radicalizaram e resolveram, além matar os colegas, esquartejá-los, degolá-los e fazer a cabeça de cada preso de bola, como se fosse um campo de futebol.

A ONU está punindo o Brasil, e a OEA exigindo providências. Nós aqui aprovamos uma legislação boa. A Lei de Execução Penal vai completar em agosto 30 anos. Nós aprovamos uma legislação complementar — e eu destaco apenas a Lei 12.433, de 2012 — em se estabeleceu que, a cada 3 dias de trabalho, o preso diminui 1 dia de sua pena; a cada 3 dias de estudo, reduz 1 dia de sua pena. Se o Estado oferecer, ao mesmo tempo, trabalho e estudo para o preso, a cada 3 dias, ele diminui 2 dias de sua pena. Todo mundo ganha. Nós ganhamos porque o preso vai passar menos tempo na cadeia; passando menos tempo, vai diminuir a superlotação e vai diminuir o custo dos presídios. Hoje, estamos pagando 3 mil reais por mês para manter um preso encarcerado, em condições desumanas.

Eu fui Relator da CPI, e a realidade não mudou. Oitenta e dois por cento dos presos brasileiros não trabalham e não estudam. Como não trabalham e nem estudam, a reincidência daqueles que saem é de 80%.

Eu fico impressionado de ver num Brasil em que há obras públicas por todos os cantos — nós temos obras do PAC em todo o Brasil, os Governos Estaduais e Municipais executam obras públicas —, mas nós não encontramos um preso trabalhando em obras públicas.

Há um exemplo que eu uso sempre: se você visitar a Papuda, você vai encontrar hoje 8.500 homens presos; ao lado da Papuda há 600 hectares de terras produtivas, ociosas, mas há 8.500 homens se alimentando de uma série de produtos que eles poderiam estar produzindo ao lado do seu cárcere.



Portanto, o requerimento tem o objetivo de chamar aqui o Ministro da Justiça, o Ministro do Trabalho, o Ministro da Educação, para que os Ministros nos digam quais são os problemas e por que não se cumpre a lei. O Brasil se acostumou à tragédia. Na hora que há uma tragédia como a de Pedrinhas, todo mundo se alvoroça, todo mundo se movimenta, promete muitas coisas, mas, depois que a coisa diminui a intensidade, todo mundo esquece que existe preso e só vamos acordar quando houver outra tragédia.

Portanto, o requerimento é para a gente ouvir o Estado, porque, com certeza, deve haver um obstáculo intransponível que faz com que as autoridades brasileiras não cumpram a legislação com relação ao sistema carcerário.

Nós queremos ouvir — mas não de um subordinado do Ministro — dos próprios Ministros quais são os problemas que impedem o Estado brasileiro garantir trabalho e educação para desafogar esse inferno, para que os presos deixem de ser soldados das organizações criminosas e para fazer com que o sistema carcerário deixe de botar feras humanas nas ruas.

O que os Estados fazem é um crime contra a sociedade, porque liberam as pessoas de qualquer jeito, e cada preso sai hoje da cadeia como uma fera humana, sai dali mais revoltado e mais capacitado para matar — e todos nós pagamos um alto preço.

Portanto, o requerimento tem esse sentido. Chega de brincar com o sistema carcerário! As autoridades brasileiras ou cumprem as suas obrigações ou, então, têm que ser punidas criminalmente, têm que ficar inelegíveis, têm que ficar inabilitadas para o serviço público, diante da omissão não apenas com os presos, mas da omissão contra nós que estamos livres, porque o preso hoje está contido, mas amanhã estará contigo, com cada um de nós, praticando mais violência, mais crime.

Portanto, esse é o motivo do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Obrigado, Deputado Domingos Dutra. Acho que está bem argumentado o requerimento.

Não sei se algum Deputado quer se manifestar, mas eu queria apenas fazer uma afirmação aqui: tenho dito em várias oportunidades — e é uma posição desta Presidência, Deputado Domingos Dutra — que a CPI do sistema carcerário foi algo



assim muito bom, muito bom; pena que nós não colocamos em prática aquelas orientações que estão lá.

Portanto, é um compromisso desta Presidência fazer uma análise das propostas levantadas na CPI para que possamos — e não sei se vamos resolver — ao menos aliviar em grande parte esse dilema do sistema carcerário que está não só no Maranhão — no Maranhão é mais sério —, mas de sul a norte deste País.

Este é um compromisso, e eu queria só aproveitar a oportunidade para registrar.

Em votação o requerimento extrapauta do Deputado Domingos Dutra.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Sobre a mesa requerimento de autoria da Deputada Janete Pietá, também extrapauta, que *"requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias para discutir a aplicação da Lei nº 7.716/89 e casos de racismo e discriminação racial contra a população negra"*.

Com a palavra a autora do requerimento.

A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, eu gostaria de pedir aos nobres pares que aprovassem o requerimento, para que nós aprofundássemos a discussão de uma lei de 1989, que é conhecida como a Lei Caó, que tipifica o crime de racismo e estipula ser este um crime inafiançável e imprescritível. Quer dizer, passado o tempo que for, ele continuará sendo um crime.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. aqui presentes, nós, recentemente, acompanhamos o caso do jogador Tinga. Inclusive aqui, dentre os requerimentos, o último deles, de autoria do nosso Presidente, *"requer a aprovação de uma carta à Confederação Brasileira de Futebol em relação ao evento ocorrido com o árbitro Mário Chagas da Silva"*.

A FIFA já tem, dentro dos seus regimentos, a previsão de punição dos times — inclusive, ocorreu racismo internacionalmente. Agora, eu gostaria de aprofundar a discussão não só do caso do jogador Tinga — e até incluir o do árbitro —, mas também casos ocorridos aqui em Brasília, que envolveram uma manicure, a Sra. Tássia, e uma cobradora de ônibus, a Claudinei Gomes, inclusive com um problema



gravíssimo, porque na delegacia ela não foi atendida. E lá as pessoas disseram “Ah, isso é coisa menor. Você está perdendo o seu horário de trabalho por isso?”.

Então, é necessário reabrir a discussão dessa lei, porque ela contempla a questão da pessoa negra quando ela é cerceada, ela é proibida de entrar em locais públicos ou não é admitida por causa da sua origem ou cor.

Mas nós precisamos discutir essa questão racial porque outros direitos não foram tratados nesse projeto de lei aprovado em 1989. Para isso, dentro do meu requerimento, eu estou convidando a Ministra Luiza Bairros, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial — SEPPIR, ou de uma representante sua, a Dra. Ana Luiza Flauzina, do Jornal Ìrohìn; e também a Deborah Duprat ou quem for por ela indicado, da Procuradoria-Geral da República.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria que esta Comissão reabrisse essa discussão e se aprofundasse no tema do racismo, porque, na verdade, hoje se apresentam outras nuances. E nós da Comissão precisamos tomar medidas, inclusive medidas de apoio a essas vítimas, porque eu me lembro de uma reportagem, se não me engano sobre o caso da Tássia, citando que a vítima dizia sentir-se totalmente desprotegida, abalada e que não tinha ninguém que a socorresse.

Apesar do ocorrido já ter, a meu ver, uns dois meses, nós da Comissão, com esse debate, poderemos encaminhar às vítimas o real apoio — e não só isso: tomar as medidas cabíveis em nível desta Casa, bem como em nível legislativo.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Só um acréscimo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - O Deputado Jean Wyllys tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Deputada Janete Pietá, eu acho superválida e oportuna, por uma série de acontecimentos. Ainda ontem assisti à entrevista de um árbitro de futebol do sul, gaúcho, na televisão, que foi vítima de racismo. Mas eu acho que é uma oportunidade para a gente falar de outras manifestações de racismo no Brasil, que aparecem, por exemplo, na subsombra desumana dos linchadores todos, que tem aprisionado pessoas a postes, com aval, inclusive, de apresentadores de TV. E também é uma oportunidade de a gente



discutir, ao fim, ao cabo, sendo o racismo um crime inafiançável e imprescritível, sobre quantas pessoas foram presas por racismo no Brasil e se a prisão, a pena dura de prisão, é mesmo a melhor solução, dado o relato do Deputado Domingos Dutra sobre a situação das prisões do Brasil e sobre a etnia e a cor de quem está preso. Qual é a cor da população carcerária? Ao fim e ao cabo, qual foi a produtividade da Lei do Racismo, que o transformou em crime inafiançável e imprescritível? Quantas pessoas foram presas neste País por conta do racismo e qual é a cor da população carcerária? Qual é a etnia da população carcerária?

Talvez a gente tenha que aprofundar isso. O enfrentamento do racismo terá que ser mesmo pelo sistema penal? Eu sugiro, portanto, que nessa Mesa tenha alguém que defenda, por exemplo, o Estado penal mínimo, que tem a ver com o que o Deputado Domingos Dutra está propondo. Será que a punição com prisão é a solução para o racismo ou precisamos de políticas culturais, políticas de educação e de transformação das mentalidades que possam levar as pessoas a serem menos racistas?

Essa é, também, a solução que eu proponho no caso da homofobia. Eu discuto a criminalização da homofobia exatamente nessa perspectiva: até que ponto a gente quer a criminalização da homofobia? Será o melhor caminho mandar pessoas para a prisão? Quer dizer, esse é o melhor caminho para se enfrentar a homofobia?

Não quero dizer que os crimes de ódio motivados por racismo ou por homofobia, a violência dura, não tenham que ser punidos com prisão; têm que ser, sim, porque o Código Penal já prevê isso — e tem que ser reconhecida a motivação. Mas, quanto à discriminação — quando, por exemplo, alguém impede pessoas de entrarem em estabelecimentos por causa da cor da pele ou da orientação sexual —, será que a melhor saída são penas duras de prisão? Ou seria melhor se houvesse penas socioeducativas que transformassem essa pessoa e que essa pena pudesse ser revertida para a comunidade lesada?

Esse é um aspecto que a gente tem que discutir. Sugiro a V.Exa. que inclua na mesa alguém que possa trazer essa perspectiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Deputada Janete Rocha Pietá, eu creio que já está bem claro o tema.



Eu só queria fazer uma observação em relação ao documento que nós distribuímos: um dos eixos é esse, ou seja, poderia ser um ponto guarda-chuva para uma série de debates, eventos e audiências públicas.

Mas vamos nos aprofundar na discussão no dia 19, quarta-feira que vem, para estruturar melhor isso porque — não que não seja importante o varejo, mas os acontecimentos são diversos — encontrar uma forma de atacar um tanto na causa.

Acho que o objetivo é organizarmos esse tema da violência motivada por preconceito, racismo, homofobia, tudo isso. Portanto, é um tema a que realmente precisamos nos dedicar. Talvez, até uma das subcomissões desta Comissão possa se incumbir desse tema, pois seria bem mais abrangente com vários itens que hoje estão em pauta.

A Deputada Erika Kokay apresentou um requerimento semelhante ao seu. Isso aqui nós temos no Brasil inteiro. Agora, como estruturar uma discussão capaz de enfrentar isso na sociedade, nas famílias?

Houve um caso recente, trágico, que envolveu uma família que procedeu com atitude de homofobia.

Então, eu acho que esse requerimento é importante, Deputada Janete Rocha Pietá, mas isso não impede que, de repente, nós peguemos os vários requerimentos que estão na mesma direção e organizemos um debate público mais abrangente, mais profundo. Esse é um pouco do nosso compromisso na Presidência e, no dia 19, com certeza, voltamos ao tema.

Com a palavra a Deputada Janete Rocha Pietá.

A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ - Eu considerei muito importante a proposta trazida por V.Exa. sobre as sugestões dos temas.

Dentro dessas questões de intolerância, eu acho que diversidade, combate ao preconceito, à violência, enfim, dentro desses temas, eu gostaria de incluir a questão da violência contra a juventude negra.

Na verdade, o que eu estou propondo, Deputado, é exatamente aprofundarmos a discussão sobre violência, racismo, homofobia. A discussão sobre essas questões é importante, mas eu estou falando sobre esse tema que, no Brasil, a cada momento, apresenta-se de uma forma diferente.



Então, é importante vermos o contexto da lei em 1989 e as situações que ocorrem hoje. Por isso, inclusive, V.Exa. aprovou um projeto de minha autoria para abordar a questão do combate à violência, incluindo no currículo da educação a questão de gênero.

Exatamente, eu considero que é através da mudança ideológica, mudança da educação e da cultura, que nós vamos caminhar para uma sociedade de paz e diversidade.

Então, eu não tenho nada contra o que V.Exa. colocou, mas eu gostaria, tendo em vista a sua afirmação sobre a existência de um eixo que trata da diversidade, do combate ao preconceito, à violência e à intolerância, lendo esses itens, eu acrescentaria outro, que seria a questão do extermínio da juventude negra.

Isso porque exatamente o jovem negro do hip hop é violentado, preso. Então, eu gostaria de acrescentar um tema e nada mais tenho a falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Quem aprova o requerimento extrapauta da Deputada Janete Rocha Pietá permaneça como está. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião, antes convocando todos os membros da Comissão para a audiência pública que se realizará no dia 19 próximo, quarta-feira, às 13h30min, com representantes de entidades de Direitos Humanos. Em seguida, haverá reunião ordinária, às 15h30min, neste mesmo Plenário 9.

Agradeço a todos e a todas.

Eu acho que foi uma primeira reunião deliberativa com muito sucesso, muito avanço.

Parabéns a todos os Deputados e a todas as Deputadas, enfim, a todos e a todas que frequentaram esta sessão, assessores, representantes da imprensa, enfim, os que acompanharam esta nossa primeira reunião deliberativa.

Muito obrigado.